

Saberes locais, educação e participação social: possibilidades para romper processos de colonialidades e invisibilização?

RESUMO

O Povo Indígena Laklãnõ/Xokleng habitava a região sul do Brasil há mais de seis mil anos antes da chegada dos portugueses. Seu território foi reduzido com o processo de colonização eurocêntrica que ocupou as terras férteis. Os conflitos resultaram na quase extinção dos indígenas que não se submetiam à cultura e costumes europeus. Os problemas foram se multiplicando diante de processos de desenvolvimento que beneficiaram populações circunvizinhas. O objetivo deste trabalho é socializar e discutir impactos de processos de colonização eurocêntrica e identificar possibilidades de romper processos de invisibilização. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, além de dados empíricos e científicos obtidos por ações do GPEAD – Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Diversidade. A conclusão deste artigo sinaliza a possibilidade de (re)construção de territorialidades via processos educacionais libertários formais e informais.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização. Desenvolvimento. Povo Indígena Laklãnõ Xokleng. Saberes Locais. Educação Indígena.

Karla Lucia Bento

bento.karlalucia@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau –
Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

Ivo Marcos Theis

ivotheis@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau –
Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

Lilian Blanck de Oliveira

lilianbo@uol.com.br

Universidade Regional de Blumenau –
Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

INTRODUÇÃO

Romper processos de colonialidade e invisibilidade, social e historicamente imputados aos povos indígenas é um grande desafio. Isto porque estes processos vêm travestidos de desenvolvimento e progresso, bases de sustentação do sistema capitalista que defende crescer economicamente e acumular capital. Esta finalidade justifica o uso de quaisquer meios, inclusive a extinção física e cultural de povos cuja existência seja um entrave para este avanço. Este cenário se repete em territórios onde o indígena resiste, teima, insiste em existir com modos de vida e sistemas de relações que não se encaixam no padrão eurocêntrico.

Este trabalho discute a colonização do povo Laklãnõ/Xokleng que vive na Terra Indígena Ibirama/SC – TII e habitava a região sul muito antes da chegada dos portugueses em 1500. Circulavam pelo território buscando alimentos e abrigo conforme as estações do ano. As lutas com outros povos se davam na disputa por território e as chances de derrota e vitória dependiam da destreza e quantidade de guerreiros. Com a chegada dos europeus iniciou-se um processo de extermínio e uma luta desigual em nome do desenvolvimento e da necessidade de civilizar o indígena.

O objetivo é identificar impactos dos processos de desenvolvimento na TII e formas de resistência. Isto implica em desvelar práticas ao longo da história que resultaram na invisibilização e negação de direitos deste povo. Implica também em buscar alternativas que transformem esta realidade. Para fundamentar a discussão foram utilizadas pesquisas bibliográfica e documental e dados empíricos e científicos obtidos por ações do grupo de pesquisa GPEAD junto ao Povo Indígena. Entre estas ações destacam-se: estudos dirigidos na Escola Indígena de Educação Básica Vanheçú Patté para jovens que desejam realizar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; estudos, discussões e seminários sobre problemas causados pela construção da Barragem Norte; elaboração e execução de projetos de pesquisa e extensão com as temáticas indígenas.

Este texto apresenta, após a introdução, a seção com o contexto histórico dos processos de colonização no Brasil e o processo em Santa Catarina que envolveu os Laklãnõ/Xokleng com a chegada de imigrantes alemães e italianos. Os processos de desenvolvimento que afetaram os indígenas desde a chamada pacificação são discutidos na terceira seção. A quarta seção reflete sobre a proposta de uma educação libertadora que revitalize saberes locais e ancestrais como possibilidade de romper a invisibilização, promover participação social e transformar o território. Por fim, retoma-se o objetivo central e o desafio de pensar em outro desenvolvimento que questione os saberes hegemônicos e instituídos como verdadeiros que invisibilizam e sufocam outras possibilidades de relação neste mundo.

O POVO LAKLÃNÕ XOKLENG E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A história do Brasil contada em livros didáticos remete a um país que foi descoberto em 1500 com a chegada dos portugueses como se antes não houvesse ninguém por estas terras. A princípio, a ideia de trazer a civilização e o desenvolvimento remete a algo positivo e próspero. Uma mudança no tempo e no espaço em um território rico, porém primitivo que precisava da intervenção

de uma nação mais desenvolvida. Trazer conhecimento, modernizar, explorar as riquezas naturais. Colonizar. Desenvolver. A presença de vários povos neste território reforçava a ideia de que era imprescindível empreender um processo civilizatório. Para o colonizador era necessário que os povos, considerados primitivos do ponto de vista eurocêntrico, fossem salvos da condição de ignorância, falta de cultura e religiosidade.

A justificativa para colonização e dominação se pautou, primordialmente, no discurso eurocêntrico que construiu a ideia de raças inferiores e superiores. De um lado os dominados e de outro os dominantes, aqueles inferiores do ponto de vista cultural, tecnológico, social, político em relação a estes. Quijano (2005, p. 118) explica que “[...] raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.” As populações originárias foram categorizadas como índios, não importando quão diferentes pudessem ser entre si. As relações de trabalho para extração de matéria prima, produção, apropriação e distribuição foram estabelecidas de modo a alimentar o mercado mundial com trabalho escravo, servidão e expropriação de recursos naturais. (QUIJANO, 2005)

O processo de colonização contribuiu para fortalecer a cultura e enriquecer o colonizador. Promoveu a invisibilização, negação, destruição da história e cultura precedentes dos povos originários. Os primeiros trezentos anos de relação entre Brasil e Portugal foram de exploração com a extração de riquezas enviadas à coroa no país europeu. Porto-Gonçalves (2005, p. 3) esclarece que “A América teve um papel protagônico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou.” Desenvolver o território passou a ser objetivo apenas com a vinda da corte para o Brasil no século XIX. Neste período se tornou imprescindível domesticar os índios considerados empecilho para o progresso da nação.

Os povos indígenas, diante da força e poder dos colonizadores, tiveram pouca chance de resistência. Santos (1978, p. 17) explica que nos séculos XVII e XVIII, enquanto os Jesuítas tentavam promover um processo político evangelizador, portugueses e espanhóis “[...] colocaram em prática nesta parte da América certas técnicas de envolvimento e aniquilação das populações tribais, típicas do exercício da dominação consciente.” Este processo resultou na quase extinção da presença indígena e dos meios de sobrevivência destruídos paulatinamente: a caça, a pesca, a circulação livre, os ritos espirituais, as crenças e costumes. Pouco, ou nada, da forma de se relacionar com o mundo resistiu diante de uma guerra permanente, prevalecendo a lógica do europeu conquistador. Com a tomada da região sul pelos colonizadores, os Laklãnõ/Xokleng buscaram formas de resistência que geraram conflitos até o início do século XX quando se deu um processo chamado de pacificação, nome rechaçado pela população indígena, pois remete à ideia de um índio selvagem, retirado desta condição pelo não-índio.

A chamada pacificação dos botocudos em território catarinense foi bastante comentada em artigos jornalísticos, documentos governamentais e conversas informais no município de Blumenau. [...] Agora os alemães finalmente estariam seguros. Os índios, aldeados, não representariam mais perigo. (WITTMANN, 2007, p. 155)

Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, fez o primeiro contato pacífico com os Laklãnõ/Xokleng em 22 de setembro de 1914. (WITTMANN, 2007). Utilizou índios Kaingang do Paraná como estratégia para o contato e juntou todos na TII com o processo de aldeamento. (OLIVEIRA, 2005). O povo, que antes circulava e dominava toda a floresta litorânea e o planalto entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e litoral do Paraná passou a viver em território delimitado. Mesmo com a submissão quase completa, o processo de aniquilação continuou por meio do “[...] contágio de doenças próprias da civilização e estranhas a tribo, aliado a mudanças drásticas na dieta alimentar [...]”. (SANTOS, 1978, p. 33). Dados de 1973 indicavam a presença de 7.809 indígenas assistidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI na região sul, sendo em torno de 3,93% Xokleng.

O processo de pacificação trouxe problemas como epidemias, adaptação à vida sedentária, substituição dos modos de vida tradicionais de caça e coleta. Sobre isso, Santos (1978, p.54) transcreve o depoimento de Hoerhann a Darcy Ribeiro: “[...] se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseravelmente, os teria deixado na mata, onde ao menos morreriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam.” Os bugreiros, a quem se referiu Hoerhann, eram caboclos contratados por colonizadores e governantes para atacar e matar indígenas. O pagamento era calculado por par de orelhas cortadas. Em algumas ações traziam crianças e mulheres que poderiam ser acolhidas por famílias e congregações religiosas ou assassinadas logo após apresentadas aos patrões.

Os indígenas estavam aldeados e, a princípio, mais protegidos das ações de bugreiros. Porém, não estavam adaptados à produção rural para autossustentação. Vários conflitos foram gerados tendo em vista que os trabalhos agrícolas não eram de interesse. Estavam acostumados a fabricar cestos, arcos, flechas para caça e coleta. Passar o dia na lavoura deixava-os extremamente descontentes. Conforme relatórios que Hoerhann mantinha no SPI para prestar contas ao Governo, os indígenas se envolviam com afinco em trabalhos de contato com a natureza como ir à mata trazer madeira e construir cercas, galpões, currais ou apenas derrubar para transformar a área. Além da dificuldade de adaptação ao modo de vida do branco colonizador, os indígenas sofreram com enfermidades como gripe, malária, varíola e disenteria. Eles tinham dificuldade de adaptação ao frio e faltava medicação no posto. (WITTMANN, 2007)

Os modos de vida do povo indígena não agradavam à sociedade. Não bastava, portanto, cercar seu território, era preciso fazer com que deixassem de ser indígenas, domesticá-los e “[...] transformá-los em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem.” (WITTMANN, 2007, p. 168) Não importava se isso se contrapunha à cultura, pois o comportamento esperado era o naturalizado nas relações estabelecidas pelos colonos europeus que vieram para promover o desenvolvimento local. Nesta lógica, foram constituídos diferentes processos de desenvolvimento no Vale do Itajaí, com tal ênfase à cultura europeia que a identificação turística da região a nomeia como Vale Europeu, ressaltando traços, costumes e arquitetura do colonizador.

Theis (2014, p. 13) questiona a ideia hegemônica entre governantes e especialistas de que “[...] não há povo, não importa onde viva, que não queira se desenvolver.” Autodenominados porta vozes do povo, disseminam suas verdades, reservando ao povo o papel de expectador. Baseados na premissa de conhecer o que é melhor, tomam as decisões, implementam políticas, fazem empreendimentos para o desenvolvimento local e regional respondendo aos interesses do capitalismo mundializado.

Eis, portanto, o que governantes e acadêmicos têm entendido por desenvolvimento local e regional: unir os indivíduos que vivem nas mais diversas localidades e regiões, frequentemente, representadas por autoridades públicas, empresários nativos e algumas lideranças filantrópicas, em torno de projetos [...] que, em regra geral, tem no crescimento da economia regional seu principal, quando não único, ponto de chegada. (THEIS, 2014, p. 18)

Com este entendimento sobre desenvolvimento pelos atores políticos, não surpreende que as decisões desconsiderem anseios e necessidades dos indígenas. Na história dos Laklãnõ/Xokleng a ação dos bugreiros e a chamada pacificação funcionaram como estratégias oficiais para garantir segurança aos colonos europeus, pois “O índio era visto como o grande empecilho para o sucesso da colonização e a realização do sonho da modernidade.” (WITTMANN, 2007, P. 73). Santos (1978, p. 56) afirmou que a pacificação “[...] abriu para a colonização largas extensões territoriais no Vale do Itajaí e no norte de Santa Catarina.” A opinião do povo blumenauense se dividia entre os que comemoravam acreditando que os índios aldeados não ofereceriam mais perigo e os céticos que duvidavam de “[...] qualquer atividade pacífica diante de tão perigoso grupo indígena.” (WITTMANN, 2007, p. 155).

De 1914 a 1954, período em que Hoerhann permaneceu no posto, havia a preocupação de “[...] resguardar a área indígena de Ibirama da exploração dos civilizados regionais.” (SANTOS, 1978, p. 56) Depois disso, os recursos naturais passaram a ser explorados indiscriminadamente por índios e não índios e em 1964 a extração da madeira foi regulamentada. Em relação à situação na TI em meados da década de 1970, Santos (1978, p. 57) destacou:

Sujeitos a situações de trabalho em que predomina a espoliação, a maioria dos Xokleng hoje sobrevive pela execução de atividades de extração de palmitos em áreas florestais localizadas fora do posto indígena. A agricultura é praticada de modo bastante precário, pois não há condição para os índios, isoladamente, dinamizarem a atividade. A exploração de madeiras que continuamente vem se fazendo na reserva, pela associação da FUNAI com madeireiros regionais, não utiliza em nenhum momento a mão de obra indígena. A prostituição não é desconhecida por muitos dos elementos do sexo feminino. A esperança de viver dias melhores já desapareceu para a maioria da população.

A construção da Barragem Norte, iniciada em 1976 e concluída em 1992, promoveu nova desterritorialização. O povo que vivia às margens do Rio Hercílio foi obrigado a se dispersar em oito aldeias, distantes entre si e com difícil acesso entre uma e outra sendo “[...] um acelerador do processo de desintegração social da comunidade indígena [...]” (DAGNONI, 2014, p. 36). A barragem trouxe

segurança e proteção para as cidades do Médio Vale do Itajaí que sofriam com as enchentes. Já para os indígenas, logo na primeira cheia em 1978 trouxe a destruição de roças, perda de animais, inundação de casas, prejuízo a sua cultura e organização. (DAGNONI, 2014) Em ação cível junto ao Ministério Público Federal para reparação de danos, a representação indígena explica que a barragem na época de chuvas:

[...] provoca a formação de uma bacia de acumulação de água justamente no interior da terra indígena, causando danos de ordem econômica e cultural, privando a comunidade indígena do usufruto da parte baixa do vale do Rio Hercílio, originariamente e tradicionalmente ocupada, degradando o meio ambiente e a paisagem, alienando e aniquilando a referência cultural daquele território e dos próprios Rios Hercílio e Platê, destinados à pesca, ao transporte e à consolidação cultural do grupo, além da remoção para as encostas do mesmo vale, concorrendo inclusive para a perda da identidade cultural daquela minoria étnica. (RODRIGUES, 2003, p. 2)

Os Laklãnõ/Xokleng compartilham, atualmente, um território de 14 mil hectares com indígenas Kaingang e Guarani. O modo de sobrevivência está no cultivo de uma terra pouco produtiva, venda de mel e artesanato, assistência da FUNAI, trabalho sazonal na zona urbana, aposentadoria, criação de animais. Algumas funções são desempenhadas dentro da aldeia como ser professor/a, motorista, enfermeiro/a. (OLIVEIRA, 2005) Além destas, uma atividade recente é a de guia para a Trilha da Sapopema que constitui uma atividade turística local. A luta por justiça social é contínua, pois enquanto as cidades da região se desenvolvem economicamente, as decisões do governo no passado ainda repercutem negativamente na TI. (DAGNONI, 2014).

Além de perderem autonomia sobre seus territórios e, como conseqüência, se distanciarem dos modos de vida e organização social, cultura e econômica tradicionais, os índios, no sul do Brasil, foram impelidos às novas formas de vida (Posto Indígena) por meio da violência física e simbólica. As políticas indigenistas do governo ao longo século XX não foram menos violentas que no passado, mas conseguiram concretizar, de forma arbitrária e escusa, a 'subordinação' e a 'integração' dos povos indígenas no sul e em grande parte, no Brasil. (ALMEIDA, 2013, p.53).

A ideia de integração do indígena à sociedade capitalista para contribuir com o desenvolvimento do Brasil esteve presente desde a chegada dos portugueses. Primeiro com a catequese jesuíta, mais tarde com os processos de escolarização. Uma das ações em Blumenau foi a adoção de crianças indígenas por famílias de colonos e o ingresso de índias sobreviventes dos ataques dos brugueiros em ordens religiosas. Esperava-se que estas seriam formas de civilizá-las, iniciando pelo batismo como meio de salvação e aproximação da doutrina cristã. Os resultados destes processos civilizatórios foram muito diversos e complexos.

A educação civilizatória que pretendeu eliminar práticas culturais foi uma forma sofisticada de exclusão. O sujeito indígena foi desvalorizado enquanto se tentava produzir outro através dos

ensinamentos considerados civilizados. [...] As adoções, contudo, não significaram uma superposição de cultura. As crianças não eram tábulas rasas. Nas relações interétnicas, elas surpreenderam em suas atitudes repletas de cultura indígena. (WITTMANN, 2007, pp. 152, 153)

Após o evento da pacificação não encontramos registro de adoções. O aldeamento parecia ter resolvido os problemas que os índios causavam aos colonos. Em 1940 a escola chegou à aldeia com a presença de dois professores. Os relatos apontam que esta escola, mesmo inserida na TII, não tinha compromisso com a cultura Laktlãñ/Xokleng, mas sim com a proposta de integração da comunidade à sociedade envolvente. Esta realidade permaneceu até a década de 1970 com os primeiros movimentos indígenas defendendo o ensino bilíngue. Este direito passa a vigorar na Constituição Federal – CF/1988 e, mais sistematicamente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. (VIEIRA, 2004) A questão a ser enfrentada é a efetividade desta legislação que reconhece o direito e o respeito à diversidade, diante de uma colonização eurocêntrica que perdura por mais de cinco séculos.

REVITALIZAÇÃO DOS SABERES LOCAIS E ANCESTRAIS E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A reflexão sobre os processos de colonização na América contribui para compreensão do processo pelo qual passaram os Laktlãñ/Xokleng. A imposição de inferioridade racial construiu e justificou processos de desterritorialização. A chegada dos europeus ao Brasil e a dominação por 500 anos, o evento da pacificação no início do século XX e a construção da barragem na década de 1970 demarcam esta história. As decisões tomadas neste período se fundaram na questão da raça como elemento para definir e justificar quem dominava e quem seria dominado. Durante este tempo a luta pela sobrevivência e a resistência dos Xokleng é marcante. Santos (1978) e Wittmann (2007) retratam esta história e revelam fatos que desmentem a ideia de um povo inculto, pouco afeito ao trabalho, de fácil dominação e com necessidade de ser tutelado.

Ao contrário, a história revela um povo que subverteu as ordens impostas e manteve vivos muitos costumes. Revela um povo que se aproximou dos brancos pela curiosidade em conhecer e possuir objetos estranhos como as ferramentas agrícolas. A estrutura da dominação atuou intersubjetivamente na destituição dos Laktlãñ/Xokleng de sua cultura, modo de vida, universo simbólico, desterritorializando e impondo uma só ordem cultural de base europeia e cristã. Neste processo, a catequização, a escolarização e as experiências de adoção de crianças indígenas por famílias de colonos foram importantes para garantir a imposição do de ser europeu.

A escola formal chegou à aldeia por desejo dos indígenas que a viram como possibilidade de compreender melhor a cultura não indígena e ser espaço de fortalecimento da cultura local. Esta conquista distanciou as crianças das práticas e da língua materna, já que o ensino era ministrado somente em português e com base em um currículo oficial. Mas também possibilitou aos indígenas o contato com a cultura do branco contribuindo para que compreendessem os meandros e caminhos legais para solidificar lutas e reivindicações.

Nos meados do século XX a educação indígena La Klã Nõ deixou de ser familiar e passou a ser realizada em escolas, por desejo e pedido dos próprios indígenas que esperavam dessa forma, entender melhor como pensavam e como agiam os não indígenas, que até pouco tempo antes do contato, perseguiam e matavam os que existiam nessas áreas há milênios. Triste engano pois os não indígenas, apesar de deixarem de nos matar, não conseguiram nos respeitar. A escola era no início um processo de aculturação, mas pela resistência e enfrentamento organizado, conseguimos muitas mudanças. (NDILI, 2014, p. 123)

A primeira escola ficava junto ao Posto Indígena. A construção da Barragem no local obrigou as famílias a se mudarem. A distância exigiu que outras escolas fossem construídas. Cada escola, de acordo com Ndili (2014), foi conquistada pela reivindicação da comunidade que pressionava o poder público. Nesta luta pelo direito à educação é possível identificar o desejo de uma educação como possibilidade de liberdade na perspectiva de Freire (1987). A escola como um espaço para vivenciar a aprendizagem e favorecer o desenvolvimento da consciência cidadã. Nesta linha não é educação tradicional de saberes prontos, hegemônicos e que pertencem à cultura dominante. É uma educação a partir dos contextos, das realidades concretas, que pode ocorrer em espaços institucionalizados, mas não se limitam a eles. É educação popular entendida como:

[...] o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. [...] é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19).

Reinventá-la e fortalecê-la como espaço intercultural para uma educação emancipatória e libertadora pode se converter em espaço de esperança, resistência e participação social. Não se trata de instituir uma educação para ou sobre os indígenas, mas de construir uma educação com os Laklãñõ/Xokleng. Educação com base nos saberes ancestrais e nas ressignificações feitas ao longo da história, considerando uma realidade dinâmica de onde emergem experiências de (des)(re)territorialização política, cultural e social protagonizadas por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. A educação libertária fortalece os saberes e conhecimentos ancestrais e atuais com discursos e práticas voltadas à construção de autonomia, identidade e visibilidade, ou seja, na direção da participação social.

Os Laklãñõ/Xokleng, por meio das escolas, têm desenvolvido ações de revitalização da história e cultura. A partir do estudo linguístico iniciado por Gakran em meados da década de 1980, foi registrada a estrutura morfológica e ortográfica da língua La Klã Nõ. (GAKRAN, 2014) Deste estudo foi organizada a cartilha Nosso Idioma Reviveu ou *Ag Ve Te Kaglel Mu* com a participação de alunos e professores para servir de material didático. (VIEIRA, 2004) De espaço de silenciamento, negação de identidade e visão assimilacionista, a escola vem cumprido outro papel, sendo que,

[...] as comunidades originárias lutam para que a educação se caracterize como processo de integração das pessoas da

comunidade, considerando que se apresente como um espaço para o exercício da autonomia e da identidade dessas populações indígenas conforme suas tradições ancestrais e sua cosmovisão. (PATTÉ, 2014, p. 103)

As escolas na TII têm sido palco para a reunião da comunidade, rompendo com o isolamento causado depois da construção da Barragem Norte. Esta desarticulação fez com que o povo não se percebesse mais como povo. Reunir-se, discutir os problemas, planejar as ações para o bem comum não era mais uma prática dentro desta terra. Atualmente, a escola e a comunidade têm organizado eventos para celebrar a cultura e os saberes milenares. Cada evento exige a articulação que traz para a escola os saberes que estão guardados com os membros mais antigos da comunidade.

O evento sobre os 100 anos da pacificação que reuniu as aldeias em setembro de 2014 para celebrar a resistência do povo que sobreviveu. Para esta realização a comunidade e a escola uniram-se e realizaram várias pesquisas construindo e resgatando o conhecimento da cultura, coragem, habilidade dos Laklãnõ/Xokleng. Utilizaram registros de livros e a sabedoria local pela narrativa de anciões e anciãs. A valorização destes saberes trouxe para os mais velhos a esperança de ver a cultura revitalizada. O movimento de valorização da cultura, principalmente no uso da língua Laklãnõ/Xokleng, vem crescendo e o discurso dos mais jovens já revela um sentimento de pertencimento que antes estava sufocado. A comemoração, agora, faz parte do calendário anual na TII.

A Semana dos Povos Indígenas comemorada em abril também articula saberes e envolve a comunidade indígena e não-indígena. As escolas e as lideranças promovem festividades e encontros para fortalecer a identidade e valorizar os saberes milenares. Na Aldeia Bugio a Escola Vanhecu Patté, com o apoio do COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas, lançou o Caderno dos Povos Indígenas, escrito em língua Laklãnõ/Xokleng e em língua portuguesa, elaborado por professores/as e alunos/as e distribuído nas escolas de educação básica indígenas e não-indígenas.

A Trilha da Sapopema é outra atividade importante. Escolas e grupos diversos vão até a aldeia para realizar a caminhada no meio da mata, guiados por jovens da aldeia que contam histórias e explicam a relação do indígena com este espaço. Os/as anciões/ãs contribuem recebendo os visitantes em uma tenda. Servem comida típica e contam histórias. Esta atividade dissemina entre os não-indígenas um contexto que não está nos livros e nem nos meios de comunicação. É um saber que o/a indígena/a possui e transmite ao não-indígena e inverte a lógica de propriedade de um conhecimento único. Na trilha, no contato com a mata, na apresentação dos saberes, da cultura e da história, o índio é o protagonista. Além disso, ser trilheiro/a na aldeia é a profissão que pode ser exercida dentro da TII cujo saber é o saber de quem vive ali.

Ser professor/a ou enfermeiro/a é uma possibilidade, porém exige formação fora da aldeia. Professor/a na TII é posição de *status* e garantia de trabalho. Muitos que atuam na escola iniciaram sem a formação específica, buscando apoio nos materiais didáticos e na experiência dos mais antigos. Existe um movimento crescente de cursar uma licenciatura. Alguns já se formaram e servem de exemplo para os demais. Recentemente o professor Nanblá Gakran defendeu sua tese de doutorado na área da linguística.

Estes movimentos, atividades, eventos dão visibilidade ao povo diante da sociedade de forma geral. Porém, são movimentos de impacto pontual e não atingem uma escala significativa para promover transformações e resolver os problemas. Articular movimentos e atores internos e externos pode se converter em processos educacionais libertários que fortaleçam e ampliem as ações por meio da participação social. Para Freire (1987) trata-se de se estabelecer relações entre oprimidos e não oprimidos que possibilitem e que forjem a construção de outra lógica de desenvolvimento pautada na justiça social. Não se pode esperar que o povo indígena consiga, sozinho, transpor tantas barreiras e transformar sua realidade. Tão pouco é possível fazer isso por eles. Antes, é uma ação a ser realizada pelos esfarrapados do mundo e por aqueles que “[...] neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.” (FREIRE, 1987).

Porém, a escola carrega muito da educação bancária dos conhecimentos prontos depositados nas cabeças dos estudantes para reproduzir o sistema dominante. Educação pautada em uma realidade estática, acabada e alheia às experiências concretas dos educandos. (FREIRE, 1987). Forma de educação presente por meio da imposição de um currículo oficial e um calendário que desconsideram a realidade, a cultura e as peculiaridades do povo indígena e pela qual “[...] o que pretendem os opressores ‘é transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime’, e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor os dominem.” (FREIRE, 1987, p. 60).

A educação libertária difere na medida em que, a partir de condições concretas, transforma a realidade, problematiza, questiona e age com base no contexto dos sujeitos viventes. Os conhecimentos não vêm de cima, de fora, do outro. Não é conhecimento homogêneo “[...] que impede radicalmente o desenvolvimento e a culminação da nacionalização da sociedade e do Estado, na mesma medida em que impede sua democratização [...]”. (QUIJANO, 2005, p. 136) É nesta luta que se encontra, historicamente, a população indígena e com a qual outras instituições de educação, marcadamente as universidades precisam se unir. Mesmo apontando avanços e visualizando possibilidades, a luta do povo Xokleng é desigual. Não é simples romper com a construção eurocêntrica de séculos e um padrão de referência superior e universal que normatiza o ser, o fazer, o estar e o existir no mundo e nega outras formas de organização que deixam de ser apenas diferentes e passam à categoria de carentes, incivilizadas, primitivas. Sempre em contraponto com o que é considerado moderno e desenvolvido. (LANDER, 2005)

(IN)CONCLUSÕES

Pensar em outro desenvolvimento que inclua as populações indígenas passa por problematizar a ideia de que todos os povos têm por objetivo o desenvolvimento; que tipo de desenvolvimento seria este; e ouvir o que eles têm a dizer. Depois, junto deles, elaborar estratégias e participar de ações. Os relatos indicam que eles acreditam que revitalizar saberes ancestrais, recuperar e divulgar sua história, aproximar o não-índio da cultura e realidade indígena são ações importantes e prioritárias para romper preconceitos e injustiças. A valorização do idioma indígena e o registro escrito de uma cultura marcadamente oral são ações concretas que materializam o reconhecimento e divulgação de sua

contribuição histórica. É a apropriação da cultura dominante como instrumento de visibilização, ao contrário do silenciamento tradicionalmente imposto.

A apresentação breve do contexto de colonização e dominação a que os Laklãnõ/Xokleng foram submetidos, a partir da voz deles, coloca outra versão da história que questiona os mitos que justificaram e continuam legitimando processos de dominação: o indígena é indolente, preguiçoso, inculto, violento. Precisa ser domesticado, educado. Seus saberes não são relevantes e seu modo de vida não é adequado. Tudo isso à luz do padrão eurocêntrico que se firmou e está incutido e disseminado pelo Brasil. Rever o processo nos remete a questionar verdades naturalizadas de uma história não tão bem contada. As ações de resistência ao padrão de dominação que incluíram a luta, a fuga e o contato, fizeram parte da estratégia dos Laklãnõ/Xokleng para continuarem existindo. É essa história que eles querem que todos conheçam.

Mesmo 500 anos de colonização não exterminaram totalmente os diferentes povos indígenas. A resistência a estes processos desafia a sociedade a repensar padrões hegemônicos de existir e se relacionar no mundo. Como pontua Quijano (2005) é tempo de deixar de ser o que não somos. Desafio para um Estado cooptado pelo capital que trata questões indígenas com políticas assistenciais sem visar ou permitir a participação e libertação dos sujeitos. Políticas pensadas e implementadas de cima para baixo, que desconsideram a diversidade local. O que os processos de desenvolvimento regional têm a dizer para e sobre os Laklãnõ/Xokleng? Até o momento, ao que parece, a interculturalidade não pertence ao Vale Europeu.

Os processos colonizadores foram extremamente violentos e as políticas de desenvolvimento não são menos cruéis. Violam direitos básicos como no caso da Barragem Norte. O valor da vida tem um peso étnico e o padrão eurocêntrico é o que prevalece.

[...] os índios são o único grupo social a quem se pode dirigir na esfera pública propondo o extermínio da sua condição especial. Talvez não o único, mas o mais atacado, isso não importa: a questão aqui não é de quantidades, mas de um modelo insuportável de racismo que sobrevive e justifica a ofensiva anti-indígena mais intensa desde a época da Ditadura Militar que vivemos hoje em dia. (PINTO NETO, 2014, online)

Fica a impressão de que existe a expectativa de que logo estejam extintos ou incorporados pela cultura dominante. Entre os Xokleng a resistência e a luta pela sobrevivência estão materializadas na ocupação de décadas da Barragem Norte, onde vivem famílias acampadas em barracas de lona. Estão também no resgate da língua, principalmente entre os jovens que passaram a reconhecer uma forma de autoafirmação. A ideia de um povo primitivo e com pouco conhecimento é invalidada quando há ciência do contexto social passado e presente.

Por fim, é possível concluir que, mesmo que o desenvolvimento regional pensado para o Vale Europeu continue negando participação a este povo, a história deles demonstra que têm sido capazes de resistir. Porém, sozinhos esta luta é desigual. Por isso é essencial que mais pessoas entre pesquisadores, políticos, educadores e sociedade de forma geral reconheçam os direitos e lutem com eles, não por ou para eles. Para isso, parece imprescindível que a história dos processos de colonização e ocupação do território catarinense seja recontada

pelos que aqui já estavam quando chegaram os europeus. Revisitar esta história leva a reconhecer os direitos do povo indígena sobre este território. E, além de reconhecer, implica que as políticas de desenvolvimento regional assumam a perspectiva da interculturalidade e justiça social na tomada de decisões.

Local knowledge, education and social participation: possibilities to break processes of colonialities and invisibilization?

ABSTRACT

Laklãnõ/Xokleng is an indigenous people in the South of Brazil. They inhabited the region long before the arrival of the Portuguese in the sixteenth century. The Xokleng's territory was drastically reduced due to developmental processes that began with the colonization. The conflicts provoked several death cases of indigenous peoples who did not submit to European culture and customs. The problems were multiplying in the face of development processes that benefited surrounding populations. This study aims to socialize and discuss the impacts of the colonization process that was based solely in an European vision of civilization. In the sequence, this study seeks to find possibilities to rupture the historical indigenous invisibilization process. In a way to reach these goals, this study used bibliographic and documental data. Furthermore, we used empirical and scientific data that were obtained at the GPEAD research group. All things considered we can preliminarily conclude that libertarian educational processes can stimulate reconstruction possibilities of territoriality in the population researched.

KEYWORDS: Colonization. Development. Indigenous People Laklãnõ Xokleng. Local Knowledge. Indigenous Education.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S. Civilizar o Índio: Violência e controle social nos Postos Indígenas do Brasil meridional. *In: Revista História Catarina*. v. 54. Florianópolis, maio, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.
- DAGNONI, C. Indígenas e não indígenas no Vale do Itajaí: encontros e desencontros. *In: OLIVEIRA, L.; KREUZ, M.; WARTHA, R. Educação, História e Cultura Indígena: desafios e perspectivas no Vale do Itajaí*. Blumenau: Edifurb, 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P; NOGUEIRA, A. **Que fazer** – Teoria e Prática em educação popular. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GAKRAN, N. História do Início da Educação Escolar (décadas de 1930 e 1990) e da Morfologia da Língua junto ao Povo Xokleng/La Klã Nõ. *In: KEIM, E. J. et al (org.). Educação na Diversidade Étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, Setembro, 2005.
- NDILI, N. C. V. Educação Escolar Indígena: como luta para preservar a tradição ancestral Laklãnõ na atualidade interna e externa da Terra Indígena. *In: KEIM, E. J. et al (org.). Educação na Diversidade Étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- PATTÉ, M. K. Revitalização e Provitalização da Língua Laklãnõ e a Educação Escolar Indígena. *In: KEIM, E. J. et al (org.). Educação na Diversidade Étnica: educação escolar indígena no contexto pós e anticolonial*. Curitiba: Editora CRV, 2014.
- OLIVEIRA, P. E. de. “Índios Misturados”: Historicidade e etnicidade Xokleng. *In: Revista de Antropologia Social*. V. 6, Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/campos/article/view/4514/3532> Acesso em 09/07/2015.
- PINTO NETO, M. Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil? *In: Instituto Humanitas Unisinos*. 2014. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/532997-por-que-o-racismo-contra-indigenas-e-o-maior-de-todos-no-brasil> Acesso: 01/10/2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In: LANDER, E. (org.) A colonialidade do saber:*

- eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, Setembro, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO: Buenos Aires, Setembro, 2005.
- RODRIGUES, E. de O. **Ação Civil para Reparação de Danos Coletivos Culturais**, Materiais e Morais, Decorrentes de Obra Pública. 2003. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao-do-mpf/acao-civil-publiva/danos-ambientais-1/ACP_indenizacao_pela_construcao_da_Barragem_Norte_TI_Ibirama.pdf Acesso em 23/04/2016.
- THEIS, I. (org.). **Desenvolvimento Local/Regional na Periferia do Capitalismo Mundializado: estudos de caso em Santa Catarina.** Blumenau: Edifurb, 2014.
- SANTOS, S. C. dos. **O homem índio sobrevivente do sul – antropologia visual.** Florianópolis: Garatuja, 1978.
- VIEIRA, E. E. **Simbolismo e Reelaboração na Cultura Material dos Xokleng.** Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, UFSC. Florianópolis, 2004.
- WITTMANN, L. T. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.